

■ Biopirataria ou bioprivatização*?¹

Richard Stallman

Durante décadas, novos remédios têm sido inúmeras vezes encontrados a partir de animais e plantas exóticos. Atualmente, genes de espécies e subespécies raras também são utilizados na engenharia genética para produzir novas matrizes para a agricultura. Os remédios, e agora as novas matrizes também, são, tipicamente, patenteadas. Isto traz problemas aos países em desenvolvimento que poderiam utilizá-los.

Monopólios de patentes de variedades de plantas e de animais, de genes e de novos medicamentos ameaçam prejudicar os países em desenvolvimento de três maneiras. Em primeiro lugar, aumentando os preços de tal forma que a maioria dos cidadãos não teria acesso a esses novos desenvolvimentos; em segundo lugar, por bloquearem a produção local quando o dono da patente assim o quiser; e em terceiro lugar, em relação às variedades agrícolas, ao proibirem aos agricultores de produzi-las, como vêm fazendo há milhares de anos.

Assim como os Estados Unidos – um país em desenvolvimento no século XIX – se negou a reconhecer as patentes vindas da Grã-Bretanha, é necessário hoje que os países em desenvolvimento protejam o interesse de seus cidadãos, defendendo-os de tais patentes. Para evitar o problema dos monopólios, não estabeleça monopólios. O que poderia ser mais simples?

Mas os países em desenvolvimento precisam do apoio da opinião mundial para isso. Isso significa ser contra uma visão que as empresas advogam ferrenhamente: a de que os investidores de uma empresa de biotecnologia têm direito ao monopólio, independentemente da maneira como eles afetam qualquer

* Nota da tradutora: o termo em inglês é "*Bioprivateering*". Expressão sem equivalente em português, "*bioprivateering*" se refere tanto aos "*privateers*", ou corsários, espécies de "mercenários do mar" financiados e encorajados pelo Estado, comuns em tempo de guerra até o século XIX, quanto a privatização.

¹ Copyright (C) 1997, 1999, 2000, Richard Stallman. A veiculação e reprodução deste artigo em qualquer mídia é permitida desde que se preserve o texto na sua forma integral.

outra pessoa. Significa ser contra tratados que estas companhias convenceram o governo dos EUA a estabelecer com a maioria dos países do mundo, tratados estes estabelecidos graças a ameaças de guerra econômica.

Discordar de uma idéia que tem por trás de si tanto dinheiro não é tarefa fácil. Assim, algumas pessoas propuseram o conceito de "biopirataria" como uma abordagem alternativa. Em vez de se opor à existência de monopólios biológicos, esta abordagem pretende partilhar com o resto do mundo os lucros deles advindos. A reivindicação é a de que as empresas de biotecnologia cometem "biopirataria" quando elas baseiam seu trabalho em variedades naturais, ou genes humanos, encontrados em países em desenvolvimento ou entre os povos indígenas – e portanto devem ser intimadas a pagar *royalties* por isto.

À primeira vista, a noção de "biopirataria" é atraente, porque ela aproveita a tendência atual de se ter mais e maiores poderes monopolistas. Ela nada a favor da corrente, não contra. Mas ela não resolverá o problema.

A razão é que as variedades e genes úteis não são encontrados em qualquer lugar ou distribuídos de forma uniforme. Alguns países em desenvolvimento e alguns povos indígenas terão sorte, e receberão recursos substanciais a partir de tal sistema, ao menos durante os 20 anos em que a patente estiver vigente; alguns poucos ficarão tão ricos que provocarão um deslocamento cultural, o que se desdobrará num segundo episódio, quando essas riquezas acabarem. Enquanto isso, a maioria destes países e povos ganhará muito pouco, ou nada, com este sistema. Os *royalties* da biopirataria, tal como o próprio sistema de patentes, se tornarão uma espécie de loteria.

O conceito de biopirataria pressupõe que as variedades naturais de plantas e de animais, assim como os genes humanos, pertencem a alguém, como se isto fosse um direito natural. A partir do momento em que tal pressuposto é endossado, é difícil questionar a idéia de que uma variedade, um gene ou um medicamento artificiais não sejam propriedade da empresa de biotecnologia por direito natural, e portanto é difícil recusar a exigência dos investidores por um poder total e mundial sobre suas utilizações.

A idéia de "biopirataria" oferece às multinacionais, e aos governos que trabalham para elas, uma forma fácil de consolidar para sempre o regime dos monopólios. Com uma demonstração de magnanimidade, eles podem conceder

uma pequena parte de seus lucros a alguns poucos e sortudos povos indígenas; daí em diante, quando alguém questionar a validade da idéia das patentes biológicas, eles podem citar esses povos indígenas juntamente com o mítico "inventor genial que vive na miséria" para descrever tais ataques como sendo um ataque aos pobres e desfavorecidos.

O que as pessoas que vivem fora do mundo desenvolvido realmente precisam, para sua agricultura e sua medicina, é ficarem isentos de todos estes monopólios. Elas precisam ser livres para fabricar remédios sem ter que pagar *royalties* às multinacionais. Elas precisam ser livres para criar e desenvolver todo tipo de plantas e de animais na agricultura; e se elas se interessarem em utilizar a engenharia genética, elas devem ser livres para encomendar modificações genéticas que se adequem às suas necessidades. Um bilhete de loteria que dê direito a uma parte dos *royalties* por algumas variedades e alguns genes não compensa a perda destas liberdades.

Não há dúvida de que é errado as empresas de biotecnologia converterem os recursos genéticos naturais mundiais em monopólios privados – mas o erro não é a apropriação indébita de algo que não é seu, é a privatização do que deve ser público. Estas empresas não são biopiratas. Elas são bioprivatizadoras.

Tradução **Patrícia Farias**